

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2021**

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

Relatório da Administração regulatório

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Termo de responsabilidade

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (“Companhia” ou “SPE 08”), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação regulatória vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1. Mensagem do Presidente

2021 foi mais um ano muito desafiador e de grandes avanços dos projetos de Transmissão na Companhia. Concluímos, com muito esforço, os dois empreendimentos que estavam em andamento, alcançando assim 100% do total da RAP (Receita Anual Permitida).

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Regulatório consolidado de R\$ 880 milhões.

Nossos investimentos consolidados atingiram R\$ 305 milhões focados na conclusão das obras, termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias

Para 2022, nosso principal foco estará na constante melhoria da qualidade do serviço prestado e nos resultados dos nossos colaboradores. A eles, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que são estendidos também a todos os nossos acionistas, fornecedores e parceiros.

2. Cenário

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. – (“SPE 08 ou “Companhia”) sociedade anônima de capital aberto, criada com o propósito de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. “EQTL”, que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EQTL é uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Companhia tem por objetivo explorar e operar contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), consistente na: (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador

Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR).

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. O sistema de transmissão atravessa 8 municípios no Estado do Pará.

Para o novo ciclo 2021-2022, que teve seu início no mês de julho de 2021, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$158,569, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 60, de 1 de agosto de 2017.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial.

3. Andamento do Projeto

A Equatorial 8 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas e energizadas em quatro etapas de entrega, sendo a primeira em 03 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, Compensador Síncrono de reativos. A segunda em 24 de setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente a LT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Transamazônica. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

4. Investimentos

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 3,5 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2021 foi de R\$ 145,5 milhões.

Custos e despesas operacionais

Em 2021, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, atingiram R\$ 8,5 milhões.

EBITDA

Em 2021, o EBITDA Regulatório atingiu R\$ 136,9 milhões.

Resultado financeiro

Em 2021, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 86,3 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, as despesas de IRPJ e CSLL atingiram R\$ 1,1 milhão.

Lucro líquido

Em 2021, a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 35,4 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2021, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 705,9 milhões. A SPE 08 possui 6% de suas dívidas com vencimento no curto prazo. Os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 11,84% a.a., equivalente a 267,7% do CDI (6,00% a.a., equivalente a 217,6% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

* * *

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao
Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 30 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.790	23	Fornecedores	11	5.335	9.250
Investimentos temporários	7	2.668	14.762	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	42.183	35.717
Concessionárias e permissionárias	8	16.533	16.669	Dividendos a pagar		8	652
Tributos compensáveis		8.439	7.473	Tributos a recolher		1.779	4.817
Outros ativos circulantes		1.773	1.121	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.975	3.280
Total do ativo circulante		60.203	40.048	Encargos setoriais		769	743
				Outros passivos circulantes		1.240	1.307
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		53.289	55.766
Tributos compensáveis		30	30	Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	663.726	585.577
Outros ativos não circulantes		-	-	Tributos diferidos		46	46
Imobilizado	9	837.800	846.229	Partes relacionadas - mútuos		-	20.007
Intangível	10	33.739	33.799	Total do passivo não circulante		663.772	605.630
Total do ativo circulante		871.569	880.058				
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		171.171	171.171
Total do ativo		931.772	920.106	Reserva de lucros		43.540	97.529
				Lucros (prejuízos) acumulados		-	(9.990)
				Total do patrimônio líquido		214.711	258.710
				Total do passivo e patrimônio líquido		931.772	920.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações em continuidade			
Receita / Ingressos			
	16		
Disponibilização do sistema de transmissão		160.430	126.446
Outras receitas vinculadas		2.251	5.145
		162.681	131.591
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
Tributos			
	16		
PIS		(2.525)	(2.106)
COFINS		(12.492)	(9.638)
		(15.017)	(11.744)
Encargos - Parcela "A"			
	16		
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)		(1.462)	(1.168)
Taxa de fiscalização ANEEL		(694)	(387)
		(2.156)	(1.555)
Receita líquida / Ingresso líquido			
		145.508	118.292
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
	17		
Pessoal e administradores		(3.483)	(2.027)
Material		(474)	(382)
Serviço de terceiros		(3.959)	(3.852)
Arrendamento e aluguéis		(332)	(189)
Depreciação e amortização		(14.067)	(1.995)
Outros		(296)	(165)
		122.897	109.682
Resultado antes dos custos gerenciáveis			
		122.897	109.682
Resultado da atividade			
		122.897	109.682
Resultado financeiro			
	18		
Receitas financeiras		2.101	2.102
Despesas financeiras		(88.371)	(32.722)
		36.627	79.062
Resultado antes dos impostos			
		36.627	79.062
Despesa com impostos			
		(1.150)	(2.307)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício			
		35.477	76.755
Lucro (prejuízo) do exercício			
		35.477	76.755
Lucro / (prejuízo) por ação			
	15		
Lucro / (prejuízo) por ação básico - Prejuízo do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,2073	0,4484
Diluído - Lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,2073	0,4484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	35.477	76.755
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	35.477	76.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimento e expansão	Dividendos adicionais	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>128.379</u>	<u>-</u>	<u>639</u>	<u>10.797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>139.815</u>
Aumento de capital social	42.792	-	-	-	-	-	-	42.792
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	76.755	76.755
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	6.386	-	-	-	-	(6.386)	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.036	-	-	-	(11.036)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(652)	(652)
Realização da Reserva de lucros a realizar	-	-	-	(10.797)	-	10.797	-	-
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	68.671	(68.671)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>171.171</u>	<u>6.386</u>	<u>11.675</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.468</u>	<u>(9.990)</u>	<u>258.710</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	35.477	35.477
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	-	-	-	-	-	(79.468)	-	(79.468)
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	7.288	-	-	-	-	(7.288)	-
Constituição de reserva legal	-	-	2.230	-	-	-	(2.230)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	416	-	-	(424)	(8)
Constituição de reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	15.545	-	(15.545)	-
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	(416)	(15.129)	15.545	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>171.171</u>	<u>13.674</u>	<u>13.905</u>	<u>-</u>	<u>416</u>	<u>15.545</u>	<u>-</u>	<u>214.711</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) do período	35.477	76.755
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível	14.067	2.012
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	88.077	47.951
Rendimentos de aplicações financeiras	(2.192)	
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	1.150	2.307
Outras despesas	2.025	
	138.604	129.025
(Aumento) / Diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	136	(12.831)
Tributos compensáveis	(966)	(3.577)
Outros créditos	(652)	(744)
Depósitos judiciais	-	913
Aumento / (Diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(3.915)	(21.195)
Impostos a recolher	(3.038)	3.514
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(147)	(54)
Encargos setoriais	26	-
Outros passivos circulantes	(67)	1.457
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	129.981	96.508
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.308)	-
Pagamento de juros	(50.630)	(59.679)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado nas atividades operacionais	77.043	36.829
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado	(7.557)	(50.090)
Aquisições no ativo intangível	(46)	(10.176)
Resgates/ Aplicações financeiras	14.286	303.726
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	6.683	243.460
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	42.792
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	61.350	211.792
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.189)	(555.000)
Captação de mútuo com partes relacionadas	-	300.000
Amortização de principal de mútuo	(20.000)	(279.993)
Pagamento de dividendos	(80.120)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(52.959)	(280.409)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	30.767	(120)
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23	143
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.790	23
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	30.767	(120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na: (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230^(*) kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230^(*) kV, com extensão aproximada de 188^(*) km; (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230^(*) kV, com extensão aproximada de 187^(*) km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV^(*), (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR^(*)); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR^(*)).

Para o novo ciclo 2021-2022, que teve seu início no mês de julho de 2021, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$158.569, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. Contudo, a energização do empreendimento e sua colocação em operação comercial, não encerra todos os demais custos inerentes à construção.

Segue abaixo o quadro com o detalhamento das instalações em operação:

Instalações (*)	% do Contrato de Concessão (*)	Entrada em Operação Comercial (*)	Prazo regulatório (*)	Antecipação (meses) (*)
Compensador Síncrono - SE Rurópolis	13,42%	03/06/2019	21/07/2022	38
LT 230kV Xingu-Altamira C1	9,64%	24/09/2019	21/07/2022	34
Reforço SE Xingu	-	24/09/2019	10/09/2019	-
LT 230kV Transamazônica-Tapajós C1	31,59%	12/01/2020	21/07/2022	31
LT 230kV Altamira-Transamazônica C1	18,99%	12/01/2020	21/07/2022	31
SE 230/138kV Tapajós	11,52%	12/01/2020	21/07/2022	31
Compensador Síncrono da SE Tapajós	14,84%	15/10/2020	21/07/2022	22

Em 31 de dezembro de 2021, os custos de construção incorridos após a entrada em operação comercial da linha de transmissão, são oriundos da implementação de ativos qualificáveis referentes à entrada em operação da linha (cercas/muros, grama, britamento, arruamento, calçadas etc.) bem como a realização de custos relacionados à compensação ambiental estadual, reposição florestal e outros gastos diretamente vinculados às obras.

(*) Não auditado.

1.1. Impactos da Covid-19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Em decorrência dessa pandemia, a Companhia, que está em operação, identificou as seguintes dificuldades:

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

- Redução das equipes de campo devido aos procedimentos de isolamento social;
- Decretos municipais e estaduais que impedem a circulação de pessoas e restringe a circulação de veículos em algumas rodovias;
- Notificação por prefeituras municipais obrigando a paralisação completamente das atividades de campo;
- Ausência de locais para hospedagem de equipes;
- Não cumprimento de prazos de entregas de materiais, equipamentos e serviços por parte dos fornecedores;
- Deslocamento/transporte de materiais e equipamentos devido a restrições de passagem impostas em algumas rodovias;
- Realização de comissionamentos de instalações, os quais muitas vezes dependem da presença de técnicos vindos de outros estados da federação e até de outros países;
- Realização do planejamento da entrada em operação comercial de instalações devido aos técnicos do ONS responsáveis pelo processo estarem em teletrabalho; e
- Realização de manutenções programadas e de urgência devido às restrições de acesso nas subestações e deslocamento/transporte de materiais.

A pandemia da Covid-19 não gerou efeitos econômicos relevantes para as concessionárias de transmissão, pois no início do Ciclo 2019-2020, houve elevada arrecadação e, no ciclo 2020-2021 essa variação superávit/déficit de arrecadação foi devolvida/ressarcida, respectivamente, como Parcela de Ajuste.

A Companhia continuará monitorando a evolução da situação e seus impactos e, por ser regulada, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de home office e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. O retorno presencial ocorreu após o avanço da vacinação e redução dos diagnósticos de casos e mortes decorrentes da Covid-19 no Brasil. A Administração tomou as medidas necessárias para que o retorno dos colaboradores ocorresse de forma segura. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Vale relembrar que a presente situação não se restringe à Companhia, mas afeta todo o setor de energia elétrica. Situações similares já foram vivenciadas (acionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP nº 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio, é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

A Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros. Na gestão de empréstimos, a Companhia revisou o processo de refinanciamento e substituição das dívidas de curto prazo, que irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido, factíveis e prontamente executáveis para financiar seu plano de investimentos em 2021.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 048/2017-ANEEL, assinado em 21 de julho de 2017 celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

2.1 Benefícios fiscais

A Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 13, de 19 de setembro de 2017.

Adicionalmente, em 30 de dezembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2020 até o ano de 2029.

2.2 Licenças ambientais

Inicialmente foram emitidas duas licenças de operação (LO):

- **Licença 12587/2021** - autoriza a operação da Linha de Transmissão - LT 230 KV SE-Xingu - SE - Altamira C1, com 59,43 Km de extensão de linha de transmissão - Trecho 1 a SE- Xingu (Ampliação), situada a Rodovia BR 230 (Transamazônica), km 64,5 - Vila Belo Monte, próximo à estrada vicinal, sentido Senador José Porfírio - Anapu-PA a SE Altamira (Ampliação), localizada a Rodovia Ernesto Aciolli - km 40 Altamira – PA.
- **Licença 12586/2021** - autoriza a operação da Linha de Transmissão - LT 230 kV Altamira - Transamazônica C2, de 188 km de linha de transmissão; LT 230 kV Transamazônica-Tapajós, C1, com 187 Km de extensão; SE-Transamazônica e SE-Tapajós, para os trechos 2 e 3, com início na SE-Altamira, situada na Rodovia Ernesto Aciolli - km 40 Altamira – PA, sob as Coordenadas Geográficas UTM: 368905.00 m E e 9653149.00 mS, com área: 1,0 ha e término na SE-Tapajós, localizada em Sítio Novo, a 1,3 km da PA-431, na comunidade Boa-Fé, município de Mojuí dos Campos.

Em 21 de maio de 2021, a SEMAS-PA substituiu e unificou as duas LO emitidas anteriormente, pela LO 12780/2021, com validade até 22 de setembro de 2024.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

4.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 19 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2022.

4.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos e incertezas sobre premissas estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

- **Nota explicativa nº 19 Instrumentos financeiros** - Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

4.4.2 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos Financeiros.

5 Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 23 de março de 2022, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

5.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

5.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

5.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

5.4 Receita líquida/Ingresso líquido

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos bancários à vista (a)	30.661	23
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	<u>129</u>	-
Total	<u><u>30.790</u></u>	<u><u>23</u></u>

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 97% do CDI (91,62% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

7 Investimentos temporários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.512
Fundo de Investimento (Exclusivo) (a)		
Cotas de fundos de investimento	<u>2.668</u>	<u>13.250</u>
Total	<u><u>2.668</u></u>	<u><u>14.762</u></u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A variação no exercício decorre, principalmente, do ingresso de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 102,07% a.a. do CDI (91,62% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

8 Concessionárias e permissionárias

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia passa a constituir um contas a receber, registrado mensalmente através da Receita Anual Permitida (RAP), que será recebida durante o prazo definido no contrato de concessão.

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Os saldos de concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são:

Descrição	Corrente a vencer		Corrente a vencida			Total 2021	Total 2020
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	14.673	1.594	81	147	38	16.533	16.669
Total	<u>14.673</u>	<u>1.594</u>	<u>81</u>	<u>147</u>	<u>38</u>	<u>16.533</u>	<u>16.669</u>

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Bruts	Amort i- zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão	434.807	-	-	243.107	-	-	677.914	243.107	(15.986)	661.928	434.807	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	9.000	-	-	3.491	-	-	12.491	3.491	(398)	12.093	9.000	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	425.807	-	-	239.616	-	-	665.423	239.616	(15.588)	649.835	425.807	-	-	-
Subtotal	434.807	-	-	243.107	-	-	677.914	243.107	(15.986)	661.928	434.807	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amort i- zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão	411.422	-	-	(243.107)	-	7.557	175.872	(235.550)	-	175.872	411.422	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	-	-	(3.491)	-	18.579	15.088	15.088	-	15.088	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	374.995	-	-	(239.616)	-	20.083	155.462	(219.533)	-	155.462	374.995	-	-	-
Veículos	18.796	-	-	-	-	(15.235)	3.561	(15.235)	-	3.561	18.796	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	17.631	-	-	-	-	(15.870)	1.761	(15.870)	-	1.761	17.631	-	-	-
Subtotal	411.422	-	-	(243.107)	-	7.557	175.872	(235.550)	-	175.872	411.422	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	846.229	-	-	-	-	7.557	853.786	7.557	(15.986)	837.800	846.229	-	-	-

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,07%	677.914	(15.986)	661.928	434.807
Custo Histórico		677.914	(15.986)	661.928	434.807
		677.914	(15.986)	661.928	434.807
Em Curso					
Transmissão		175.872	-	175.872	411.422
Custo Histórico		175.872	-	175.872	411.422
		175.872	-	175.872	411.422
Total do imobilizado		853.786	(15.986)	837.800	846.229

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação	
	(%)	
Transmissão		
Estrutura Geral		2,89%
Condutor do Sistema		2,70%

As dez principais adições (pelo critério e valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Denominação do imobilizado	Valor Imobilizado
Torre metálica estaiada 4800dan 36m	88.700
Torre metálica autoportante 8200dan 62m	57.358
Torre metálica autoportante 8500dan 65m	9.772
Cabo al nu cal 1158,26kcmil 61x3,5mm sil	8.364
Torre metálica autoportante 5000dan 37,5m	8.320
Torre metálica autoportante 5500dan 42m	7.924
Cabo al nu 417,42mm ² 823kcmil 37x3,790mm	7.241
Torre metálica autoportante 3800dan 28,5m	4.930
Sistema de aterramento	3.566
Torre metálica autoportante 7400dan 56m	3.522
Total Geral	199.697

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	14.458	4	-	7.205	21.667	7.209	(52)	21.615	14.458
Servidões	14.221	-	-	7.205	21.426	7.205	-	21.426	14.221
Softwares	237	4	-	-	241	4	(52)	189	237
Subtotal	14.458	4	-	7.205	21.667	7.209	(52)	21.615	14.458
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	19.341	42	-	(7.205)	12.178	(7.163)	(54)	12.124	19.341
Servidões	7.204	-	-	(7.205)	(1)	(7.205)	-	(1)	7.204
Softwares	11.826	-	-	-	11.826	-	-	11.826	11.826
Outros	311	42	-	-	353	42	(54)	299	311
Subtotal	19.341	42	-	(7.205)	12.178	(7.163)	(54)	12.124	19.341
Total do Ativo Intangível	33.799	46	-	-	33.845	46	(106)	33.739	33.799

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais	4.032	4.383
Serviços	533	3.165
Materiais com serviços	734	1.677
Encargos de uso da rede elétrica	36	-
Cauções	-	25
Total	<u>5.335</u>	<u>9.250</u>

Referem-se a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão. Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 24 dias (22 dias em 31 de dezembro de 2020).

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

12.1 Composição dos saldos

LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
																2023	2024	2025	2026	2027	2028
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	14.539	27.644	663.726	705.909	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	28.753	29.859	32.076	34.291	36.507	502.000
FDA 194MM	12.322	28.378	454.040	494.740	SIM	nov-19	Aval/Fiança	IPCA	1,62%	02/05/22	Semestral	02/05/22	01/11/38	Semestral	Semestral	28.378		28.378	28.378	28.378	312.000
1ª Emissão de Debêntures - 1A - 102MM	1.197	-	119.565	120.762	SIM	abr-19	Aval/Fiança	IPCA	4,85%	18/04/22	Semestral	17/04/23	15/04/39	Semestral	Outro	598	1.196	2.391	3.587	4.783	107.000
1ª Emissão de Debêntures - 2A - 87MM	1.020	-	101.982	103.003	SIM	abr-19	Aval/Fiança	IPCA	4,85%	18/04/22	Semestral	17/04/23	15/04/39	Semestral	Outro	510	1.020	2.040	3.059	4.079	91.000
Custo de Captação 1ª Emissão Debêntures	-	(529)	(8.627)	9.156	SIM	abr-19	Não há	Não há	0,00%	30/01/22	N.A.	30/01/22	15/04/39	N.A.	SAC	(529)	(531)	(529)	(529)	(529)	(5.900)
Custo de Captação FDA	-	(204)	(3.234)	3.440	SIM	ago-20	Não há	Não há	0,00%	30/01/22	N.A.	30/01/22	01/11/38	N.A.	SAC	(204)	(204)	(204)	(204)	(204)	(2.200)

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.388	394.728	415.116
Ingressos (a)	-	61.350	61.350
Encargos	29.831	25.089	54.920
Reclassificação do mútuo (b)	-	20.007	20.007
Transferência	50.369	(50.369)	-
Amortização de principal (c)	(34.189)	-	(34.189)
Pagamento de juros (d)	(26.108)	-	(26.108)
Custo de captação (e)	204	-	204
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.495	450.805	491.300

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	598.013	190.909	788.922
Ingressos	-	209.805	209.805
Encargos	31.134	(2.053)	29.081
Transferência	5.192	(5.192)	-
Amortização de principal	(555.000)	-	(555.000)
Pagamento de juros	(59.679)	-	(59.679)
Custo de captação	728	1.259	1.987
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.388	394.728	415.116

- (a) Em 30 de julho de 2021, ocorreu a terceira liberação do contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), no montante de R\$ 61.350. Tal recurso destina-se à Investimento da Companhia, com custo de IPCA + 1,6% a.a. com vencimento final em outubro de 2038. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo remanescente é de R\$ 491.300 e a taxa efetiva dessa operação é de 11.84% a.a;
- (b) Para melhor apresentação, o saldo de mútuo, anteriormente apresentado na rubrica "Mútuo", foi reclassificado para a rubrica "Empréstimos e financiamentos".;
- (c) Este montante é composto por: R\$ 20.000 referente a amortização do mútuo e R\$ 14.189 referente a amortização do empréstimo;
- (d) Este montante é composto por: R\$ 143 referente ao pagamento de juros do mútuo e R\$ 25.965 referente ao pagamento de juros do empréstimo; e
- (e) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

12.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2021	
	Valor	%
Circulante	40.495	8%
2023	28.378	6%
2024	28.378	6%
2025	28.378	6%
Após 2025	368.906	75%
Subtotal	454.040	93%
Custo de captação (Não circulante)	(3.235)	-1%
Não circulante	450.805	92%
Total	491.300	100%

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12.4 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.329	190.849	206.178
Encargos	10.881	-	10.881
Transferência	(529)	529	-
Pagamento de juros	(24.522)	-	(24.522)
Varição monetária	-	21.543	21.543
Custo de captação (a)	529	-	529
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.688	212.921	214.609

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	186.776	186.776
Encargos	15.858	(5.656)	10.202
Transferência	(529)	529	-
Varição monetária	-	8.668	8.668
Custo de captação	-	532	532
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.329	190.849	206.178

(a) Refere-se à amortização do custo de transação/captação.

12.5 Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2021		
							Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
1*	(1)/(2)/(3)(4)	1*	102.000	IPCA +4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.688	212.921	214.609

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Não conversíveis em ações
- (3) Espécie Quirografia
- (4) Debêntures Incentivadas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12.6 Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Vencimento	2021	
	Valor	%
Circulante	1.688	1%
2023	1.108	1%
2024	2.216	1%
2025	4.431	2%
Após 2025	213.793	99%
Subtotal	221.548	103%
Custo de captação (Não circulante)	(8.627)	-4%
Não circulante	212.921	99%
Total	214.609	100%

12.7 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo o principal listado abaixo:

Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido em sua fiadora sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação informações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : <= 4,0

1ª debêntures

3,1

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

12.8 Abertura dos ativos financeiros

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2021
(-) Ativos Financeiros	-	(33.458)	-	(33.458)
Alta Liquidez	-	(33.458)	-	(33.458)

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12.9 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
(+) Dívida Bruta	14.539	27.644	663.726	705.909
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.539	27.644	663.726	705.909
(-) Ativos Financeiros	-	(33.458)	-	(33.458)
Alta Liquidez	-	(33.458)	-	(33.458)
(+) Dívida Líquida I	14.539	(5.814)	663.726	672.451
(+) Dívida Líquida II	14.539	(5.814)	663.726	672.451

13 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2021		2020	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	156	1.266	153	962
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.348	12.911	1.628	11.922
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	100	1.142	163	988
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	94	787	99	611
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	248	1.912	-	-
Total		1.946	18.018	2.043	14.483
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(142)	(462)	(83)	48
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(51)	(189)	(33)	(2)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(18)	(52)	(15)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(3)	(50)	(28)	-
Integração Transmissora de Energia S.A - INTESA		(1)	-	-	-
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	(645)	(2.810)	(790)	223
Total		(860)	(3.563)	(949)	269
Mútuo					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	(136)	(20.007)	(384)
Total		-	(136)	(20.007)	(384)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.		(8)	-	(652)	-
Total		(8)	-	(652)	-

- (a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um exercício de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento; e
- (c) Em 24 de novembro de 2020, a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na qualidade de "Mutuante", celebrou Instrumento Particular de Mútuo Pecuniário com Equatorial Transmissora 8 SPE S.A "Mutuária", conforme previamente anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.012 de 09 de abril de 2020, no montante de R\$ 150.000 com prazo de vencimento em até 02 anos contados a partir de 09 de abril de 2020, podendo ser pago antecipadamente, e com juros remuneratórios de

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

CDI + 1% pro rata die. Esse contrato se justifica para evitar escassez de recursos por atrasos nas liberações do financiamento de longo prazo contratado. Em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 20.007 e foi liquidado no decorrer de 2021.

13.1 Remuneração de pessoal chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o pessoal-chave da Administração conta com 03 membros no Conselho da Administração e 05 membros na Diretoria Executiva.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

13.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), partes relacionadas da Companhia, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2021
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	495.000	100	07/11/2019	30/10/2038	403.918	494.740
1ª Emissão de Debêntures	189.000	100	23/05/2019	15/04/2039	189.000	223.765
	684.000				592.918	718.505

* Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

14 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

14.1 Trabalhistas

Existem contingências trabalhista, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 250 (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 171.171.

Conforme Reunião do Conselho da Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017, aos acionistas da Companhia têm até 31 de dezembro de 2022 para integralizar totalmente seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital está representado por 171.170.601 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 330.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

15.2 Reserva de lucros

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva é de R\$ 13.674 (R\$ 6.386 em 31 de dezembro de 2020), o qual contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizados nos exercícios de 2021 e 2020.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 13.905 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 11.675).

c. Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	51.897	75.070
(-) Incentivo Fiscal	(7.288)	(6.386)
(-) Reserva legal (5%)	(2.230)	(3.434)
(=) Lucro líquido ajustado	<u>42.379</u>	<u>65.250</u>
Dividendos mínimos obrigatórios calculados	424	652
(-) Reserva de lucros a realizar	(416)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>8</u>	<u>652</u>

d. Distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva é de R\$ 15.545 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 79.468).

Reserva de investimento e expansão

Esta reserva é constituída com base no excesso do lucro do exercício não destinado de acordo com o art. 196 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 416 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0).

16 Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	160.430	126.446
Outras receitas vinculadas	2.251	5.145
Receita operacional bruta	162.681	131.591
Tributos		
PIS	(2.525)	(2.106)
COFINS	(12.492)	(9.638)
	<u>(15.017)</u>	<u>(11.744)</u>
Encargos – Parcela “A”		
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.462)	(1.168)
Taxa de fiscalização ANEEL	(694)	(387)
	<u>(2.156)</u>	<u>(1.555)</u>
Total das deduções da receita	(17.173)	(13.299)
Receita operacional líquida	<u>145.508</u>	<u>118.292</u>

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Parcela “B”	2021	2020
Pessoal e administradores (a)	(3.483)	(2.027)
Material	(474)	(382)
Serviços de terceiros	(3.959)	(3.852)
Arrendamento e aluguéis	(332)	(189)
Depreciação e amortização	(14.067)	(1.995)
Outras gastos operacionais	(296)	(165)
Total	(22.611)	(8.610)

Segue abaixo a abertura do grupo de pessoal conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal e Administradores (a)	2021	2020
Pessoal	(450)	(1.468)
Remuneração	(450)	(1.262)
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	(204)
Outros	-	(2)
Administradores	(3.033)	(559)
Remuneração	(2.821)	(559)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(212)	-
Total	(3.483)	(2.027)

(i) Em 2020, a Companhia passou a reconhecer custos com Pessoal e Administradores em decorrência da entrada em operação comercial. No ano anterior, os custos eram capitalizados.

18 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	2.192	2.196
PIS/COFINS sobre receita financeira	(102)	(103)
Outras receitas financeiras	11	9
Total de receitas financeiras	2.101	2.102
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(66.535)	(25.858)
Variação monetária dívida	(21.542)	(6.599)
Juros, multas s/ operação de energia	(13)	(230)
Outras despesas financeiras	(281)	(35)
Total de despesas financeiras	(88.371)	(32.722)
Resultado financeiro	(86.270)	(30.620)

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

19.1 Balanço patrimonial

Balanço patrimonial	Notas	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		30.790	-	30.790	23	-	23
Investimentos temporários		-	-	-	14.762	-	14.762
Investimento de curto prazo		2.668	-	2.668	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		16.533	-	16.533	16.669	-	16.669
Tributos compensáveis		8.439	-	8.439	7.473	-	7.473
Ativos de contratos	19.1	-	(175.442)	175.442	-	(138.848)	138.848
Adiantamento a fornecedores	19.2	-	(1.757)	1.757	-	(38)	38
Outros ativos circulantes	19.3	1.773	7	1.766	1.121	-	1.121
Total do ativo circulante		60.203	(177.192)	237.395	40.048	(138.886)	178.934
Não circulante							
Tributos compensáveis		30	0	30	30	-	30
Ativo de contratos	19.1	(0)	(1.128.446)	1.128.446	-	(1.132.101)	1.132.101
Imobilizado	19.4	837.800	837.786	14	846.229	846.215	14
Intangível	19.5	33.739	33.440	299	33.799	33.488	311
Total do ativo não circulante		871.569	(257.220)	1.128.789	880.058	(252.398)	1.132.456
Total do ativo		931.772	(434.412)	1.366.184	920.106	(391.284)	1.311.390
				31/12/2021			31/12/2020
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		5.335	-	5.335	9.250	-	9.250
Empréstimos, financiamentos e debêntures		42.183	-	42.183	35.717	-	35.717
Tributos a recolher		1.779	-	1.779	4.817	-	4.817
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.975	960	1.015	3.280	963	2.317
Dividendos declarados		8	-	8	652	-	652
Encargos setoriais		769	-	769	743	-	743
Outros passivos circulantes		1.240	-	1.240	1.307	-	1.307
Total do passivo circulante		53.289	960	52.329	55.766	963	54.803
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		663.726	-	663.726	605.584	-	605.584

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

PIS e COFINS diferidos	-	(138.636)	138.636	-	(126.437)	126.437
Imposto de renda e contribuições social diferidos	46	(128.835)	128.881	46	(114.329)	114.375
Total do passivo não circulante	663.772	(267.471)	931.243	605.630	(240.766)	846.396
Total do passivo	717.061	(266.511)	983.572	661.396	(239.803)	901.199
Patrimônio líquido						
Capital social	171.171	-	171.171	171.171	-	171.171
Reservas de capital	-	(7.288)	7.288	-	-	-
Reserva Legal	13.905	13.905	-	11.675	-	11.675
Reservas de lucro	29.635	(174.518)	204.153	75.864	(151.481)	227.345
Lucro (prejuízo) acumulado	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	214.711	(167.901)	382.612	258.710	(151.481)	410.191
Total do passivo e patrimônio líquido	931.772	(434.412)	1.366.184	920.106	(391.284)	1.311.390

19.1.1 Demonstração do resultado

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas	31/12/2021			31/12/2020			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso	19.8	162.681	(31.861)	194.542	131.591	(146.678)	278.269
Disponibilização do sistema de transmissão		160.430	160.430	-	126.446	126.446	-
Serviços cobráveis		2.251	2.251	-	-	-	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	(175.905)	175.905	-	(157.541)	157.541
Receita de construção		-	(5.276)	5.276	-	(181.209)	181.209
Receita de O&M		-	(5.525)	5.525	-	(7.955)	7.955
Outras receitas		-	(7.836)	7.836	5.145	(3)	5.148
Ativo de contrato- Ganho realização		-	-	-	-	73.584	(73.584)
Tributos	19.8	(15.017)	12.099	(27.116)	(11.744)	21.762	(33.506)
PIS-PASEP		(2.525)	2.312	(4.837)	(2.106)	3.882	(5.988)
Cofins		(12.492)	9.787	(22.279)	(9.638)	17.880	(27.518)
Encargos - Parcela "A"		(2.156)	-	(2.156)	(1.555)	-	(1.555)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.462)	-	(1.462)	(1.168)	-	(1.168)
Taxa de fiscalização		(694)	-	(694)	(387)	-	(387)
Receita líquida / Ingresso líquido		145.508	(19.762)	165.270	118.292	(124.916)	243.208
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	19.8	-	2.891	(2.891)	-	110.074	(110.074)
Variações das margens do ativo de contrato		-	(1.078)	1.078	-	-	-
PIS/COFINS diferidos s/ variações da margem		-	100	(100)	-	-	-
Custo de construção		-	3.869	(3.869)	-	110.074	(110.074)

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Resultado antes dos custos gerenciáveis	145.508	(16.871)	162.379	118.292	(14.842)	133.134	
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(22.611)	(14.055)	(8.556)	(8.610)	(1.983)	(6.627)	
Pessoal e administradores	(3.483)	-	(3.483)	(2.027)	-	(2.027)	
Material	(474)	-	(474)	(382)	-	(382)	
Serviços de terceiros	(3.959)	-	(3.959)	(3.852)	-	(3.852)	
Arrendamento e alugueis	(332)	-	(332)	(189)	-	(189)	
Depreciação e amortização	(14.067)	(14.055)	(12)	(1.995)	(1.983)	(12)	
Outros	(296)	-	(296)	(165)	-	(165)	
Resultado da Atividade	122.897	(30.926)	153.823	109.682	(16.825)	126.507	
Resultado Financeiro	(86.270)	-	(86.270)	(30.620)	-	(30.620)	
Despesas financeiras	(88.371)	-	(88.371)	(32.722)	-	(32.722)	
Receitas financeiras	2.101	-	2.101	2.102	-	2.102	
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	36.627	(30.926)	67.553	79.062	(16.825)	95.887	
Despesa com impostos sobre o lucro	(1.150)	14.506	(15.656)	(2.307)	18.510	(20.817)	
Resultado líquido das operações em continuidade	-	-	-	-	-	-	
Operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício	19.10	35.477	(16.420)	51.897	76.755	1.685	75.070
Resultado líquido do exercício	35.477	(16.420)	51.897	76.755	1.685	75.070	
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores							
detentores de ações ordinárias	0,2073	-	0,3032	0,4484	-	0,4386	

19.2 Efeito de contabilização de contrato de concessão - Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.303.888 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.270.949 em 31 de dezembro de 2020), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

19.3 Adiantamento a fornecedores

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O ajuste de adiantamentos a fornecedores é de R\$ 1.757 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2020). Os adiantamentos a fornecedores são efetuados para a construção/manutenção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória os mesmos são classificados no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, os adiantamentos ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estes irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre à medida que os adiantamentos são baixados, gerado essa diferença entre os balanços.

19.4 Outros ativos circulantes

O ajuste na linha de outros ativos (R\$ 7 no ativo circulante) em 31 de dezembro de 2021 é decorrente de bens que estavam alocados no Almoxarifado na contabilidade societária, mas que são classificados na contabilidade regulatória dentro do Imobilizado.

19.5 Imobilizado

O ajuste de R\$ 837.786 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 846.215 em 31 de dezembro de 2020) identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

19.5.1 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

19.6 Intangível

O ajuste de R\$ 33.440 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.488 em 31 de dezembro de 2020), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

19.6.1 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo intangível e passariam a ser amortizados, de acordo a taxa de depreciação

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05 a partir do início da concessão.

19.7 Imposto de renda e contribuição social a recolher

Para melhor demonstração da adoção do CPC 47, a contabilidade societária referente ao exercício de 2018 foi reapresentada, com isso foram gerados alguns ajustes que impactaram o imposto de renda e contribuição social a recolher societários no montante de R\$ 960 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 963 em 31 de dezembro de 2020), o que não foi refletido na contabilidade regulatória em função da Companhia aplicar os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05.

19.8 Tributos diferidos

O ajuste de R\$ 267.471 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 240.766 em 31 de dezembro de 2020), identificado entre o tributo diferido regulatório e o societário, é decorrente dos impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS diferidos sobre a receita/custo de construção, onde todos os efeitos são provenientes da aplicação do CPC 47, que são eliminados nas demonstrações regulatórias.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

19.9 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Companhia não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

19.10 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos conforme contabilidade societária	<u>382.612</u>	<u>410.191</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) / CPC 47 (a)	<u>(167.901)</u>	<u>(151.481)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>214.711</u>	<u>258.710</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19.11 Conciliação do resultado societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos conforme contabilidade societária	51.897	75.070
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)/ CPC 47 (a)	<u>(16.420)</u>	<u>1.685</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício – Regulatório	<u>35.477</u>	<u>76.755</u>

(b) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos temporários, concessionárias e permissionárias, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrerem as mudanças.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados conforme a seguir:

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	30.790	30.790	23	23
Investimentos temporários	2	Valor justo por meio do resultado	2.668	2.668	14.762	14.762
Concessionárias e permissionárias	-	Custo amortizado	16.533	16.533	16.669	16.669
Total			49.991	49.991	31.454	31.454

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.335	5.335	9.250	9.250
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	491.300	494.740	415.116	418.759
Debêntures	-	Custo amortizado	214.609	192.014	206.178	198.003
Total			711.244	692.089	630.544	626.012

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Investimentos temporários** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Concessionárias e permissionárias** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;
- **Empréstimos, financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); e
- **Debêntures** - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

21 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das concessionárias e permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia.

i. Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$30.790 (R\$23 em 31 de dezembro de 2020). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48– Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

ii. Concessionárias e permissionárias

O saldo de concessionárias e permissionárias da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é e garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 12 (empréstimos e financiamentos e debêntures).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

i. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	491.300	626.655	-	64.146	45.450	120.008	397.051
Títulos de dívida emitidos com garantia	214.609	485.261	-	14.745	30.729	91.846	347.941
Fornecedores	5.335	5.335	5.335	-	-	-	-
Total	711.244	1.117.251	5.335	78.891	76.179	211.854	744.992

(*) Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e aos investimentos temporários. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Impacto no resultado			
				Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Investimentos temporários	CDI	2.797	3.127	3.209	3.292	3.045	2.962
Impacto no resultado				82	165	(82)	(165)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(718.505)	(751.341)	(759.550)	(767.759)	(743.132)	(734.923)
Impacto no resultado				(8.209)	(16.418)	8.209	16.418
Efeito líquido no resultado				(8.127)	(16.253)	8.127	16.253
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2021	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		11,79%	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%
IPCA (%12 meses)		5,22%	10,06%	6,53%	7,83%	3,92%	2,61%

Fonte: B3 e Santander

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 12 – Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) **Riscos ambientais**

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

22 Demonstração dos fluxos de caixa

22.1 Mudanças nos passivos atividades de financiamento

	2020	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Transferências (**)	Outros (***)	2021
Empréstimos e financiamentos	415.116	27.161	(26.108)	20.007	55.124	491.300
Mútuos	20.007	-	-	(20.007)	-	-
Debêntures	206.178	-	(24.522)	-	32.953	214.609
Dividendos a pagar	652	(80.120)	-	-	79.892	424
Total	641.953	(52.959)	(50.630)	-	167.969	706.333

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) Para melhor apresentação, o saldo de mútuo, anteriormente apresentado na rubrica "Mútuo", foi reclassificado para a rubrica "Empréstimos e financiamento"; e

(***) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

23 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em um montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Risco	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	30/04/2022	81.945
Responsabilidade civil geral – operações	30/04/2022	50.000
Veículo	30/04/2022	(a)

(a) Conforme a apólice, este seguro se refere a um seguro apenas contra terceiros, ou seja, não há importância segurada.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Sérvio Túlio dos Santos

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Tinn Freire Amado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA



Termo de responsabilidade

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Brasília, 30 de abril de 2022.

Concessionária: **EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.**

Atenciosamente,

Joseph Zwecker

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas T. de Lima

Leonardo da Silva Lucas T. de Lima
Diretor Financeiro

Geovane Ximenes de Lira

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Contábil Tributário
CPF: 380.947.544-00
Contador - CRC PE 012996-O-3 S-PA

Cristiano de Lima Logrado

Cristiano de Lima Logrado
Diretor de Regulação

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF

Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial
Versão: 04/2012 Aprovação: 10/02/2012

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.